Multiciência Online
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus Santiago
ISSN 2448-4148

Enfermagem no âmbito do planejamento familiar em um município do interior do Rio Grande do Sul

Andressa Camargo Peruzzi[1], Silvana Carloto Andres[2], Daiana Foggiato da Siqueira[3], Mirian Lúcia Dutra Campos [4]

[1] Enfermeira pela Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões. URI Campus Santiago/RS.

[2] Professora Mestre do Curso de Graduação em Enfermagem. Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI Campus Santiago/RS. silvana.andres@yahoo.com.br

[3] Professora Doutora do Curso de Graduação em Enfermagem. Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI Campus Santiago/RS.

4 Enfermeira. Docente do Curso técnico em Enfermagem. Sistema Educacional Gaúcho. SEG- Santiago/RS.

Resumo: O planejamento familiar é o direito que toda pessoa tem de escolher em ter ou não ter filhos, por meio de uma assistência especializada e individualizada e com informações adequadas. Estas informações são ofertadas pelo profissional enfermeiro por intermédio da atenção básica durante o programa de planejamento família nas Estratégias Saúde da Família (ESF)**.** Neste contexto o objetivo da pesquisa foi compreender o conhecimento e atuação do enfermeiro acerca do planejamento familiar na atenção básica. O método utilizado trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório descritivo, realizadas com os enfermeiros das ESFs por meio de entrevista semiestruturada. A atuação dos enfermeiros pauta-se nas ações educativas em escolas e comunidades, locais que tem demonstrado apresentar dificuldade em incorporar espiritualidade e cultura dos pacientes nas orientações sobre planejamento familiar. A capacitação de enfermeiros torna-se importante para orientar mulheres, homens e adolescentes que buscam nesse serviço, orientações sobre o planejamento familiar e formas de métodos contraceptivos.

Palavras- Chave: Planejamento Familiar. Enfermagem em Saúde Comunitária. Atenção Primária à Saúde

Multiciência Online
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus Santiago
ISSN 2448-4148

Nursing in the context of family planning in a municipality in the interior of Rio Grande do Sul

Abstract: Family planning is the right of every person to choose whether or not to have children, through specialized and individualized assistance and with adequate information. This information is offered by the nurse practitioner through basic care during the family planning program in the Family Health Strategies (ESF). In this context, the objective of the research was to understand nurses' knowledge and performance about family planning in basic care. The method used is a qualitative research, of descriptive exploratory character, carried out with the nurses of the FHS through a semi-structured interview. Nurses 'actions are based on educational actions in schools and communities, which have shown difficulty in incorporating patients' spirituality and culture into family planning guidelines. The training of nurses becomes important in guiding women, men and adolescents seeking this service, guidelines on family planning and forms of contraceptive methods.

Keywords: Family Planning. Community Health Nursing. Primary Health Care

Introdução

As ações de Planejamento Familiar (PF) é direito de mulheres, homens e casais assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei n° 9.263, de 1996, no qual o PF é um conjunto de ações que auxiliam as pessoas a planejarem a chegada de filhos ou preferem adiar o crescimento da família (BRASIL, 1988).

Na década de 60, diversas entidades de caráter privado, voltadas para o controle da natalidade, iniciaram suas atuações no Brasil, financiadas por agências internacionais que tinham o interesse em reduzir o crescimento populacional no País. Ao mesmo tempo, verificava-se atuação quase inexistente do setor público no campo do PF, pois o enfoque da assistência era o ciclo gravídico puerperal (BRASIL, 2002).

Historicamente, o PF vem sendo abordado de maneira secundária às outras ações. A concepção e a contracepção, como componentes do PF, constituem-se em ações da Enfermagem, inseridas quase sempre no contexto da assistência materno-infantil. Essa realidade é preocupante para estudiosos do tema, pois a PNPF, hoje, mais do que antes, deve ser oferecida em seu sentido mais amplo, indo ao encontro da integralidade da assistência (NUNES et al, 2013).

No Brasil, evitar filhos é uma tarefa assumida, quase exclusivamente, pelas mulheres. Os homens, geralmente, associam a diminuição de sua potência sexual

ao uso de algum método para evitar filhos, além de, muitas vezes, acreditarem que as mulheres são as responsáveis por evitar engravidar, esquecendo que fazem parte desse processo de procriação (CRUZ et al, 2010).

Foi criado no Brasil, em 2007, o Programa Mais Saúde: Direito de Todos, no qual uma das medidas propostas é a expansão das ações de planejamento familiar nas Estratégia de Saúde da Família (ESF), no qual foi incluída a oferta de oito métodos contraceptivos gratuitos ou a venda de anticoncepcionais a preços reduzidos, além de ações educativas. Com isso os serviços de saúde devem fornecer todos os métodos anticoncepcionais e a livre escolha da mulher ou casal. , Porém a atenção em planejamento familiar implica não só a oferta de métodos e técnicas para a concepção e a anticoncepção, mas também a oferta de informações e acompanhamento, num contexto de escolha livre e informada (BRASIL, 2013).

Na rede básica, esse serviço é oferecido pelas equipes das ESF onde o enfermeiro desenvolve atividades de educação em saúde, planejamento, organização, execução, avaliação das ações, respaldadas pela lei do exercício profissional (SPINELLI et al. 2014). A informação adequada do PF é de fundamental importância, pois possibilita às pessoas exercer seus direitos, reconhecer métodos contraceptivos e fazer escolhas com autonomia, devendo abranger orientações sobre métodos e técnicas para o controle da fecundidade, assim como saúde sexual e reprodutiva.

Dessa forma, o estudo objetivou compreender o conhecimento e atuação do enfermeiro acerca do planejamento familiar na atenção básica. A relevância do estudo pauta-se na necessidade de discussão dos direitos sexuais e reprodutivos e da universalidade do atendimento, em conformidade com os preceitos ético-profissionais e com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Material e Métodos

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório descritivo. O método qualitativo de pesquisa é aqui entendido como aquele que se ocupa do nível subjetivo e relacional da realidade social e é tratado por meio da história, do universo, dos significados, dos motivos, das crenças, dos valores e das atitudes dos atores sociais (MINAYO, 2014). Neste estudo foi utilizada a entrevista semiestruturada, a qual é vista como uma forma privilegiada de interação social que

tem por finalidade construir informações pertinentes ao objeto de pesquisa, ao expressar a reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia, por meios de dados que retratam suas ideias, crenças, opiniões, maneira de pensar, atitudes, emoções e comportamentos (MINAYO, 2010).

A pesquisa foi realizada nas Estratégias Saúde da Família ESFs, na cidade de Santiago-Rio Grande do Sul. De acordo com o censo do IBGE (2015), o município possui 2.413,075 km² de área territorial, 50.622 habitantes sendo estes aproximadamente 47,5% (24.049 hab.) do sexo masculino e 52,5% (26.579 hab.) do sexo feminino. A população é predominantemente urbana (90,4%) e a principal atividade econômica é comércio e serviços (76,22%) (IBGE, 2015).

As 11 ESFs dispõem, em sua maioria, de um médico clínico geral ou especialista em saúde da família, um enfermeiro, dois técnicos de enfermagem e de quatro a seis agentes comunitários da saúde (ACS) de acordo com os princípios da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) de 2012 (BRASIL, 2017). A coleta de dados ocorreu nos meses de setembro á novembro de 2017, e participaram do estudo sete enfermeiros atuantes nas referidas ESFs. O critério de inclusão adotado foi: profissionais enfermeiros com tempo de serviço na atenção básica de no mínimo seis meses, e critério de exclusão: profissionais que estejam em férias, licenças e afastamentos do seu serviço no período de coleta de dados.

Para a coleta de dados, foi realizada entrevista semiestruturada as quais foram gravadas e, posteriormente, transcritas na integra (BECK; POLIT, 2011). As entrevistas foram previamente agendadas com o enfermeiro (a) na própria ESF em uma sala reservada que proporcionou um ambiente calmo, com poucos ruídos para que estes não interferissem na coleta. Permaneceram na sala apenas o pesquisador e o profissional a ser entrevistado e o tempo de duração das entrevistas, variou de 15 a 25 minutos.

Os dados foram analisados de acordo com os três polos cronológicos descritos: 1) a pré-análise, que é a fase de organização com a realização da leitura flutuante, e, logo após, procede-se a constituição do corpus; 2) exploração do material, que é considerada como uma fase que consiste na codificação, decomposição ou enumeração em função de regras previamente formuladas; sendo assim, a fase de aplicação sistemática das decisões tomadas; 3) tratamentos dos resultados obtidos e interpretação, a inferência e a interpretação - objetivam tornar os dados válidos e significativos. Dessa forma, as informações obtidas foram

confrontadas com informações já existentes, o que permitiu realizar amplas generalizações, tornando assim a análise de conteúdo um dos instrumentos para fins deste trabalho (MINAYO, 2014).

Para assegurar o anonimato, os participantes foram denominados pela letra E, inicial da palavra “enfermeiro”, seguida de um número arábico (E1, E2, E3...). Os princípios éticos da pesquisa com seres humanos foram respeitados conforme a Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, de modo a proteger os direitos dos participantes (BRASIL, 2012). O protocolo do projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI Campus de Santiago/RS, sob o Nº 2.254.516 e CAEE: 71801417.9.0000.5353.

Resultados

Na presente pesquisa, dos sete enfermeiros (a) entrevistados, seis foram do sexo feminino e um do sexo masculino, a idade dos entrevistados variou entre 35 a 45 anos. Quanto à formação um entrevistado possuía pós-graduação Stricto Sensu em Saúde Coletiva e, os outros seis pós-graduação Lato Sensu em saúde pública. E apresentaram em sua maioria mais de 10 anos trabalhando exclusivamente com atenção básica. Três desses profissionais relataram já ter participado de algum curso de capacitação na área de saúde sexual e reprodutiva.

Os profissionais pesquisados tiveram seus nomes substituídos por codificação, a partir de numeração crescente: E1, E2 e subsequentemente, a fim de reservar os entrevistados de acordo com os aspectos éticos elucidados neste trabalho.

A partir das respostas dos enfermeiros e a analise dos dados obtidos, foram elencadas duas categorias: Atuação do enfermeiro na atenção básica*;* e, Conhecimento do enfermeiro no planejamento familiar e saúde sexual.

Discussões

Atuação do enfermeiro na atenção básica

Na entrevista realizada com os enfermeiros participantes da pesquisa, estes foram questionados, se a população os vê como referência na prestação deste

serviço na atenção básica. Todos os participantes, ou seja, 100% dos entrevistados responderam que são referência em Planejamento Familiar. Como demonstra as falas a seguir:

> *"Sim, sempre que elas vêm aqui para uma coleta de citopatológico ou mudar o anticoncepcional eles conversam comigo (enfermeiro), sempre tiram dúvidas sobre gravidez, gestação e anticoncepcional".* (E2)*.*

> *"Quase sempre é a mulher que vem para consulta de enfermagem, sempre conversamos sobre trazer o parceiro junto, mas elas preferem estar sozinhas, e pede orientações sobre uso de preservativo, e também é ela que fala sobre ter mais filhos, ou não". (E5).*

.

Referente às estratégias usadas na atenção básica pelos enfermeiros, para trabalhar o planejamento familiar, saúde sexual e reprodutiva, e as formas de contracepção disponíveis no ESF, os enfermeiros destacam a realização de ações educativas nas escolas e nas comunidades, consultas de enfermagem e grupos de gestantes.

E como principalmente estratégia de abordagem para essas ações, todos os entrevistados informaram usar vídeos, folhetos, panfletos, cartilhas, entre outros, como instrumento de caráter informativo, materiais disponibilizados pelo Ministério da Saúde. Duas ESFs, junto com acadêmicos do curso de enfermagem, elaboraram também materiais próprios que buscam atender às demandas e especificidades da população. Em alguns discursos a seguir evidencia-se essa relação.

> *"Tu vai nas escolas, mas tu lembra de ir na escolas pra trata temas assim, DSTs, IST né que agora mudou"[...]" ai tu leva alguns vídeos, planfletos e matérias sobre o tema"* (E2).

> *"Os acadêmicos também quando vêm aqui, os estagiários, a professora sempre trabalhava bastante, essa parte, e agora a gente já tá conversando com as professoras, pra gente começar, né"!(*E4).

As atividades educativas são fundamentais para a qualidade da atenção prestada. Têm como objetivo oferecer às pessoas os conhecimentos necessários

para a escolha livre e informada. Propicia a reflexão sobre os temas relacionados à sexualidade e à reprodução (BRASIL, 2013).

Com relação aos métodos contraceptivos no apoio para o planejamento familiar, os ofertados pelas ESF como: anticoncepcional oral, anticoncepcional injetável, preservativo feminino e masculino e Dispositivo Intra-uterino (DIU), destacou-se o método injetável o mais utilizado.

Esse método torna-se mais cômodo e mais eficaz devido ao esquecimento quando ao uso de pílula, porém causa a resistência do uso do preservativo. Mesmo com esta resistência os enfermeiros destacaram em suas falas as orientações para o uso da mesma, pois além de ser método contraceptivo também é um método preventivo a Doenças Sexualmente Transmissíveis.

> *"Pra mim o planejamento familiar não é, a pessoa não ter filhos pra mim é ter a gravidez indesejada, é falta de planejamento familiar, pois poderia ter usado um método contraceptivo, ou usa, mas não usou ou esqueceu. Então é falta de planejamento familiar." (E6).*

> *"O injetável sai muito aqui, acho que é o mais sai, elas gostam porque não corre menos o risco de esquecer. A gente que ele protege contra as doenças sexuais, que precisar usar camisinha, algumas levam outras não".* (E5).
> *"Da minha experiência eu acho que o anticoncepcional injetável, e a pílula comum são, os métodos que elas mais utilizam, já o DIU não tem muita procura pela falta de informação, mas é uma coisa que a gente está trabalhando agora com as mulheres". (E*1).

De acordo com as falas percebe-se a procura nos ESFs por métodos contraceptivos, principalmente a pílula pelas adolescentes, já as mulheres entre 19 a 40 anos buscam por métodos injetáveis ou o método definitivo (laqueadura). A maior parte dos homens que procuram o serviço, são jovens e preferem métodos definitivos (vasectomia) mesmo sem ter filhos, o que justifica a falta de planejamento familiar e sim a anticoncepção.

> *"Adolescentes, adolescentes mesmo vêm muito aqui na unidade, nessa perspectiva de começar o método "[...]" tem surgido muita procura pela vasectomia nos homens né, só que na verdade ainda tá na visão errada, eles estavam vindo homens jovens pra fazer vasectomia, mas nem tinham filhos "[...] eles, os homens acham que fazendo a vasectomia estão protegidos de tudo, e não é bem assim".* (E1).

> *"É mais adolescente, procuram só o anticoncepcional, não preservativo, e eu tenho preservativo feminino, e eles não querem esse assunto "[...]" Eles (homens, mulheres, adolescentes) querem mais a pílula, mas sempre indico a camisinha junto".* (E3)

> *"É difícil de tu trabalhar, né? "[...]" De meninas que querem engravidar cedo, é da cultura dessa menina, já tive casos assim, de meninas de 15, 16 anos de querer engravidar? Por que vem de família, já isso ai, né?! Até as mães estimulam isso aí, então a questão cultural é difícil". (E4).*

> *"Mulheres entre 19 a 40 anos procuram o serviço, as mais novas buscam as pílulas ou injetáveis, as mais velhas querem laqueadura, homens, homens muito pouco, mas tem né como te falei, mas raro".* (E7).

Homens, mulheres, todos têm direito a planejar a sua vida de acordo com suas necessidades. Dentro deste planejamento deve-se encontrar o planejamento reprodutivo, que consiste em um importante recurso para a saúde de todos inclusive de adolescentes e crianças, pois contribui para uma prática sexual mais saudável. Com isso, existe uma discussão para que haja a troca da terminologia planejamento familiar pelo termo planejamento reprodutivo, tendo em vista que este último torna a temática mais abrangente (SOUZA et al 2016). O homem raramente reconhece a necessidade de procurar os serviços de saúde, seja por não valorizar os sinais e sintomas de dor e sofrimento, seja porque nesse comportamento está incutida a ideia do Ser forte, invulnerável e viril, que o diferencia do sexo feminino. Vale ressaltar que essa postura faz-se desfavorável na medida em que o torna vulnerável a uma sucessão de acontecimentos (PEREIRA et al, 2016).

No que se refere à anticoncepção, esta pressupõe a oferta de informações, aconselhamento, acompanhamento clínico do uso de métodos e técnicas anticoncepcionais, cientificamente aceitos, que não coloquem em risco a vida e a saúde das pessoas, para homens e mulheres, adultos (as) e adolescentes, num contexto de escolha livre e informada, neste sentido é muito importante oferecer diferentes opções de métodos anticoncepcionais para todas as etapas da vida reprodutiva, de modo que as pessoas tenham a possibilidade de escolher o método mais apropriado às suas necessidades e circunstâncias de vida (BRASIL, 2013).

A atuação do profissional de enfermagem é essencial na promoção do PF, pois tem o proposito de proporcionar informações, insumos para a garantia dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, sendo considerado um direito de todo

ISSN 2448-4148

cidadão e entendido como o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal (SOUSA, 2016).

Conhecimento do enfermeiro no planejamento familiar e saúde sexual

No transcorrer das entrevistas, foram levantadas questões que contribuíram para identificar o conhecimento dos profissionais sobre o planejamento familiar. Evidenciou-se que os profissionais têm entendimento da temática, como exposto na fala abaixo:

> *"Começa já pelo contexto da palavra, planejamento, eu acho que é tudo aquilo que tu planeja pra tua família,"[...]" é uma coisa bem mais complexa, é tu planejar tu ter um filho, tu planeja teu orçamento, as tuas finanças".* (E3).

> *"Planejamento familiar, significa né, tu fazer a escuta dessa mulher, desse casal, homem também, [...], vê o método, algo que seja adequado pra eles, planejarem os filhos, na verdade, né?! [...] E adequar mais ao método contraceptivo, aquilo que o casal, que a família deseja, eu penso que seja nesse sentido, a gente da todo esse suporte, o enfermeiro né, com o responsável da área da todo esse suporte pra esse, esse, família, pra esse casal, pra essa mulher, pra esse homem, enfim vários tipos de famílias".* (E1).

As ações de saúde voltadas à saúde sexual e à saúde reprodutiva, em sua maioria, têm sido focadas na mulher com poucas iniciativas para o envolvimento do público masculino nessas questões. As mudanças socioculturais e demográficas, as expressões saúde materna e planejamento familiar, usadas na saúde pública, tornam-se pequenas para expressar as preocupações atuais referentes à área da saúde (CORTEZ; ZAGONEL, 2011).

A lei 9.263, em seu artigo 9ª diz que todos os métodos e técnicas de concepção e contracepção cientificamente aceitas e que não coloquem risco a vida e a saúde das pessoas, devem ser ofertados, preservando e garantindo o direito de liberdade de opção. O PF e a atuação dos profissionais de saúde são fundamentais para que sejam esclarecidos aos usuários seus direitos em saúde, principalmente no que se refere à saúde sexual e reprodutiva e a escolha do método a ser utilizado (BRASIL, 1996).

Com relação ao conhecimento da legislação vigente do PF, a maioria dos entrevistados afirma ter conhecimento ou ter lido em algum momento da profissão sobre o tema. Como fica exposto nas falas:

> *"Existe as leis e muitas políticas do SUS voltadas ao planejamento familiar, é bem normal as mulheres chegarem aqui e relatarem que querem ter só um filho, ou não ter nenhum, isso está na politica, isso é planejamento".* (E3).
>
> *"O SUS disponibiliza muito material impresso, também disponibilidade muitos métodos gratuitos, eu estou sempre oferendo, a maioria aceita".* (E7).
>
> "*Eu leio os cadernos de atenção básica, não todos, mas leio a maioria, esses de planejamento sempre está em foco, então eu leio bastante, até para ti poder falar com as adolescentes é preciso estar bem informadas".* (E6).

A enfermagem é essencialmente uma profissão de cuidados transculturais, pois se centra no cuidado humano, respeitando os valores e estilos de vidas. O processo de cuidar envolve uma relação entre a pessoa que cuida e o sujeito, na qual o contexto socioeconômico e as singularidades políticas e culturais estão intimamente presentes. (SPINELLI et al, 2014). Com isso, pode-se inferir que as práticas de cuidado do enfermeiro na atenção básica ganham significado importante, pois é neste campo que muitos contextos se expressam claramente, refletido através da aproximação social e cultural com a população. Consequentemente, as necessidades de saúde são identificadas in loco, o que pode proporcionar o desenvolvimento de práticas de cuidado mais coerentes e eficazes (ACIOLI et al, 2014).

Considerações Finais

O estudo possibilitou compreender o conhecimento e atuação do enfermeiro acerca do planejamento familiar na atenção básica. Os enfermeiros possuem um entendimento sobre o planejamento familiar, onde parte se baseia na anticoncepção e não no planejamento familiar como um todo, preconizado pela legislação vigente. A maior parte da atuação dos profissionais pauta-se nas ações educativas nas escolas, comunidades e em conversas no atendimento no serviço de saúde, porém

ISSN 2448-4148

apresentando dificuldades em trabalhar questões referentes à espiritualidade e cultura com as pessoas que buscam o serviço.

Foi evidenciada a prevalência da responsabilidade exclusiva da mulher em relação ao planejamento familiar e a escolha do método de contracepção. deixando o diálogo dos casais em torno da planejamento familiar e sexualidade prejudicado.

Assim faz-se necessário, para uma maior adesão masculina ao Planejamento Familiares, que os serviços se tornem mais apropriados para homens com abordagens relacionadas à questões da saúde do homem. É preciso, através de ações criativas e educativas, programas que motivem a busca em saúde reprodutiva e sexual masculina, envolvendo-os de forma participativa, sendo isso uma prática até por vezes, complexa do enfermeiro, do cuidado que permeia essa prática e do fazer como ação diária.

Referências

ACIOLI, S. et al. Práticas de cuidado: o papel do enfermeiro na atenção básica. **Revista de enfermagem da UERJ.** Rio de Janeiro. v. 22. P.637-42. 2014

CORTEZ, E.M.F.; ZAGONEL, I.P.S. Implicações culturais no planejamento familiar e qualidade de vida da mulher e a teoria de Leininger. **Revista Cogitare Enfermagem.** V. 2, n.16, p. 296-302. 2011. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/21818/14228. Acesso em 20 out 2017.

CRUZ, D.S.L et al. Planejamento Familiar. **Revista Do Hospital Universitário Pedro Ernesto**. UERJ. ano 9, 2010. Disponível em: http://planejamento-familiar.info. Acesso em: 10 set 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/rs/santiago/panorama. Acesso em: 09 Mai 2017.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MINAYO, M.C.S**. O desafio do conhecimento pesquisa qualitativa em saúde.** 14ª ed. São Paulo: Huditec; 2014.

BRASIL. **Assistência em planejamento familiar: manual técnico**. Brasília: Ministério da Saúde. 4ª edição; 2002. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0102assistencia1.pdf. Acesso em: 8 jun 2018.

BRASIL. **Conselho Nacional de Saúde. Resolução Nº 466, 12 de dezembro de 2012: diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos**. Brasília; 2012. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/reso466.pdf . Acesso em: 20 set 2018.

BRASIL, **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado; 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 Jan 2019.

BRASIL. **Lei n 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.** Diário Oficial da União. 15 jan 1996; Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9263.htm . Acesso em: 11 set 2018.

BRASIL. **Portaria Nº 2.436,** de 21 de setembro de 2017. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 15 dez 2017.

BRASIL. **Saúde sexual e saúde reprodutiva.** Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde. 1. Edª.,– Brasília, 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf . Acesso em: 20 dez 2017.

NUNES, W.B et al. Investigação das ações de enfermagem no planejamento familiar em cidades do Curimataú Paraibano. **Revista Ciências da Saúde Nova Esperança.** v. 1, n. 11, p. 31-45. 2013.

PEREIRA, A.L. et al. Saberes e Práticas De Homens Perante o Planejamento Reprodutivo. **Revista de Enfermagem Centro Oeste Mineiro.** v .6. n.11, p.2398-409. 2016

SOUSA, S.C, et al. A Puérpera Internada Frente À Prevenção Da Gravidez: Possibilidades E Limites Da **Enfermagem. Revista de enfermagem UFPE.** n.10, v.4, p.3560-566. 2016

SOUZA. É.T et al. Grupo Educativo Em Planejamento Reprodutivo: Experiência Durante A Residência Em Enfermagem Obstétrica**. Revista de enfermagem UFPE**. V. 11,n.1, p. 232-38. 2012.

SPINELLI, M.B.A.S et al. Características da oferta de contracepção de emergência na rede básica de saúde do Recife, Nordeste do Brasil. **Saúde Soc. São Paulo**. V.23, n.1, p. 227-237. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902014000100227&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 13 Mar 2017.